

Economia-Brasil

LEITURA DINÂMICA

O governo continua insistindo na prioridade do combate à inflação, embora Zélia não ouse mais repetir o minuetto de 90: com a recessão e o arrocho monetário a inflação acaba. Os empresários, de seu lado, indicam que a economia dá sinais de retomar o ritmo dos negócios, mas dizem

que o congelamento está no limite do suportável (veja na página seguinte). Na 14, os atrasos na modernização do processo produtivo descontenta os empresários. Mas o alvo não é só a morosidade do governo, sobra também para o Congresso. Na 15, os investimentos da Mercedes-

Benz e as novidades, importadas, da UD. Na 16, agrava-se a disputa da indústria com o governo sobre o controle de preços, tendo como pano de fundo a campanha salarial dos 400 mil metalúrgicos do Interior de São Paulo. E pode haver greves violentas a partir da próxima semana.

Zélia aposta no crescimento. Com cuidado.

A decisão do governo de abolir o uso de pacotes para controlar a inflação e tornar administrável a economia brasileira, a partir da adoção das amplas reformas estruturais propostas no projeto, não implicará numa alteração imediata da política antiinflacionária. Por isso a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, insiste que o descongelamento não virá na medida e nem na velocidade desejada pelos empresários. Da mesma forma, mantém-se o rigoroso controle da política monetária, embora a motivação imediata não seja apenas esfriar o consumo e o ritmo dos negócios, que voltam a dar sinais de esquentamento (veja na página ao lado).

Feito o acordo para o pagamento dos juros atrasados, o Banco Central inclina-se agora no sentido de reter divisas para não furar perigosamente o nível das reservas cambiais. Isso explica o forte arrocho da instituição praticado ontem, com elevação das taxas de juros — os Certificados de Depósito Bancário, por exemplo, chegaram a pagar taxas mensais de 12,25%, contra os 8,5% da Taxa Referencial de Juros. O alvo é evitar a especulação com ouro, por exemplo, o que levaria o Banco Central a comprar o metal — o que invariavelmente o faz nos Estados Unidos, usando dólares das reservas.

Mas a equipe econômica tem um limite para suas ações e isso transparece nas declarações da ministra Zélia ao dizer ontem ao JT: “A recessão não é o objetivo do governo”. Ao mesmo tempo, ela vem recebendo dos empresários dados promissores indicando a reativação — por enquanto ainda tímida — das vendas da indústria e do comércio.

A ministra ainda se recusa a prever uma data para a retomada geral do crescimento econômico, porque, faz questão de di-

Eris na Câmara: será mantida a política monetária austera. O combate à inflação continua a prioridade número um do governo.



Luis Antônio/AE

zer, “tudo vai depender do comportamento dos agentes econômicos e do Congresso.” Desses agentes, ou seja, os empresários, os banqueiros, os agricultores e os profissionais liberais, ela espera maior produtividade e uma consequente redução das margens de lucros. Do Congresso, quer a aprovação do maior número possível dos projetos de lei e emendas constitucionais do Programa de Reconstrução Nacional (o Projeto), com o qual o governo pretende modernizar as instituições e as empresas.

“Se conseguirmos isso num prazo razoável, estou certa de que o Plano de Estabilização poderá ser suavizado”, ela admite. Seus assessores mais próximos revelam maior otimismo. “Caso tudo de certo, como espera a ministra, será possível que a economia volte a crescer já no fim do segundo semestre deste

ano,” eles prevêem. Mas nada será feito de maneira afoita, como deixa entender o assessor especial do Ministério da Economia, José Francisco Gonçalves: por enquanto a única forma de uma empresa crescer é com o aumento da produtividade (leia matéria ao lado).

Prioridade um

À parte as boas previsões, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, garantiu ontem em depoimento na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados a continuidade de sua política monetária e fiscal austera, em que o combate à inflação mantém-se como a prioridade número um. Lá, ele admitiu que as próximas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) poderão ser difíceis, pois o órgão de-

verá insistir num patamar de inflação de 2% ao mês, no prazo de seis meses, o que o governo acha irrealizável.

“A austeridade fiscal e monetária faz parte do receituário do FMI, mas também é o nosso receituário. A questão da inflação será o cerne da nossa negociação, mas não assinaremos um acordo que seja impossível de cumprir”, disse Eris. “Não estamos prometendo uma inflação zero, mas a nossa meta tem que ser esta”. Ele argumentou que a luta contra a inflação não pode ser relegada ao segundo plano, pois, se isso acontecer, “tudo será frustrado devido à falta de estabilidade econômica”.

Segundo o presidente do Banco Central, “não há nada errado com as políticas que estamos praticando, mas nosso objetivo é chegar é chegar aos 5% e, depois, à inflação zero”.